

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

MEMORIAIS E CONTRA-NARRATIVAS NA WEB: UMA EXPERIÊNCIA EXPOGRÁFICA SOBRE A COVID-19 NAS PRISÕES BRASILEIRAS

WEB MEMORIALS AND COUNTER-NARRATIVES: AN EXPERIENTIAL EXPOSITION ON COVID19 IN BRAZILIAN PRISONS

Letícia Borges Nedel – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Thainá Castro Costa – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Fundamentado em metodologia de análise descritiva e observação participante, o trabalho examina os desafios colocados à equipe envolvida com a elaboração de uma exposição virtual sobre a gestão estatal da pandemia nas prisões brasileiras. Pontualmente, enfocam-se tensões entre abordagens de descolonização da narrativa oficial propostas pelos executores do projeto vs. autonarrativas das minorias tematizadas na exposição. Como resultado, evidencia-se que as tensões resultaram em mudanças na expografia e que a eficácia das iniciativas de mediação cultural não depende apenas da relação dos espectadores com conteúdos mobilizados nas exposições, mas da relação entre os grupos tematizados com os mediadores.

Palavras-chave: memoriais na web; memória; Covid-19 nas prisões.

Abstract: The paper uses descriptive analysis and participant observation to examine the challenges of creating a virtual exhibition on the state's management of the pandemic in Brazilian prisons. It focuses on tensions between the decolonization of the project's official narrative and the self-narratives of the minorities featured in the exhibition. It becomes evident that the efficacy of cultural mediation initiatives is contingent not solely on the dynamic interplay with the content exhibited in these exhibitions, but also on the relationship between thematic groups and the mediators.

Keywords: web memorials; memory; Covid-19 in prisons.

1 INTRODUÇÃO

Situados na confluência de diferentes demandas, os museus não se fazem mais reconhecer pela tríade prédio-coleção-público, mas se constituem atualmente em "zonas de contato e conflito" (Clifford, 1999) em torno das quais se articulam narrativas, identidades e direitos. Essa transformação na função social dos museus e na maneira como são socialmente percebidos se entrelaça aos efeitos trazidos pelo avanço tecnológico das últimas décadas, que acarretou uma ampliação vertiginosa das possibilidades de apropriação social, não só dos

museus como dos acervos. Estes já não se fazem representar apenas materialmente, mas vêm sendo testados na sua própria ontologia por uma série de novas experimentações em meio digital. Paralelamente, a centralidade dos bens culturais nas lutas por reparação histórica, igualdade de direitos e representatividade social confronta os profissionais da Museologia e da História com a legitimidade de outros mediadores, situados em uma rede cada vez mais vasta e diversificada de atores e espaços onde se disputam patrimônios e narrativas. Diante desse cenário, as instituições culturais são desafiadas a atualizar suas interlocuções, aperfeiçoar suas políticas e criar ferramentas novas de comunicação.

Este trabalho propõe-se a refletir sobre esses desafios, através de uma análise descritiva do processo de construção de um web memorial. A ideia é examinar as tensões colocadas aos atores envolvidos com o projeto; tensões que são debatidas à luz do atual contexto de emergência de uma memória pública em escala planetária. Interrogamos os obstáculos apresentados às pesquisadoras que participaram da construção do projeto “Covid2: A pandemia nas prisões”.¹ Interessa-nos compreender como determinados grupos se organizam no espaço virtual a partir das metodologias de construções narrativas, bem como do uso de ferramentas específicas. No bojo desse movimento, o aparecimento de novas tipologias museais, como os museus-memoriais, novas correntes de pensamento na Arquivologia e na Museologia, como a arquivologia crítica, a museologia social e a museologia pós-crítica, e novas formas de ativismo memorial, como o movimento justiça museal e os antimonumentos.

Iniciamos pelas bases históricas e teóricas do ativismo museal, situando a experiência aqui enfocada no contexto mais abrangente das culturas do ativismo difundidas na Europa e nas Américas a partir da década de 1970. Em seguida, recuperamos cronologicamente o processo de construção da exposição “Covid2: a pandemia nas prisões”, a partir do contato com o grupo de profissionais do Direito envolvidos com o projeto Infovírus, ainda em 2020. Neste segmento, são expostas, além das metodologias adotadas na execução do projeto, as questões operacionais e éticas que justificaram escolhas da equipe encarregada de criar o memorial para os mortos da covid-19 nas prisões. A primeira dessas escolhas foi no sentido de renunciar ao modelo dos obituários digitais e investir em uma exposição virtual documentada sobre a condução estatal da pandemia. Esta foi uma escolha estratégica e

¹ As pesquisadoras envolvidas no projeto de exposição foram as professoras doutoras Renata Padilha, Thainá Castro Costa e Letícia Nedel.

política. No último segmento, descrevemos as condições gerais de desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, com seus desafios específicos e as considerações finais acerca dos resultados alcançados.

2 NOVOS MUSEUS E ACERVOS DO PRESENTE (NARRATIVAS OFICIAIS E CONTRANARRATIVAS)

Para Desvallées e Mairesse (2013), surge com o desenvolvimento da internet e das tecnologias digitais um novo conceito de museu, na perspectiva dos autores, inapropriado. A denominação “museu virtual” sugere um acervo criado em bytes, produzido ou reproduzido em formato digital, que promove uma relação interativa com os visitantes e se comunica, em rede, numa sociedade compreendida dentro de uma “cultura digital” (Martins, 2018).

Desde recentemente, matrizes remanescentes da arquivística pós-moderna e da sociomuseologia têm se desdobrado em abordagens críticas que vão desde pesquisa-ação e a análise do discurso até teorias fundamentadas sobre descolonização, pós-colonialismo, feminismo, teoria *queer*, teoria crítica da raça e desconstrucionismo (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017). Tais abordagens sustentam pressupostos acerca das relações entre história e memória afinados com os sentidos metafóricos do arquivo, dos museus e dos memoriais circulantes na internet. Tal como as "museologias táticas", as performances museais virtuais se articulam em rede, deixando-se guiar menos pelos aspectos formais da museologia do que pelos processos evocativos, instrumentais e críticos do museu (Buntix; Karp, 2006, p. 208). Com seus efeitos desconstrutivos, essas apropriações táticas intervêm sobre o campo e os conceitos da Museologia, pressionando por uma mudança de ênfase na definição estatutária dos museus. Estes passam de instituições de preservação, estudo e divulgação de coleções referenciais para a memória dos grupos a mediadores críticos da memória pública em escala planetária. Em vista dessas convergências, os estudos e leituras preliminares do projeto privilegiaram, em seu desenvolvimento, a abordagem da cibercultura como uma dimensão inaudita da realidade social, ou seja, como uma "virtualidade" no sentido próprio, potencial e performativo da palavra, ao focar um caso particular dos muitos projetos memoriais circulantes nas redes durante a pandemia: a gestão da covid-19 nas prisões brasileiras.

Considerando a inserção do projeto Infovírus no contexto da difusão de memoriais digitais durante a pandemia de covid-19, podemos tomá-lo como parte das transformações visíveis no modo de registrar, exibir e narrar acontecimentos. Essas transformações apontam

para outras mudanças mais abrangentes na forma como as sociedades lidam com o tempo e, por conseguinte, com sua própria historicidade (Hirsch, 2001; Landsberg, 2004; Rousso, 2016). Através de uma metodologia descritiva, buscamos avaliar a incidência dessas questões sobre uma experiência expográfica virtual implementada em 2021, a qual consistiu na criação de um memorial dedicado aos mortos pela covid-19 nas prisões brasileiras. Procurando fixar as bases de uma abordagem auto-reflexiva dos processos curatoriais, o trabalho inscreve a experiência das autoras no processo estudado, articulando-o analiticamente à emergência de práticas militantes de rememoração que potencializam o papel reflexivo e mobilizador das exposições por meio do emprego de tecnologias digitais. Neste sentido, entender os enquadramentos, as práticas e as disputas de que são alvo os museus e exposições virtuais é, como lembrou Corpet (2002), um elemento determinante em toda empresa de interpretação do contemporâneo. Em um tempo marcado pela patrimonialização de memórias traumáticas, pelo reconhecimento social de vítimas, pela construção de contra-narrativas e pela formulação de novos instrumentos jurídicos de reparação, os usos sociais dos museus no ambiente digital tornam-se uma chave fundamental para se compreender a dinâmica de construção das diferenças. No caso aqui analisado, a experiência com as diferenças se estabelece em uma linha de tensão entre as visões de mundo que orientam as iniciativas acadêmicas de formulação de contra-memórias, ou de discursos de descolonização, e as concepções das populações visadas na exposição virtual, informadas nas suas condições de existência.

Durante a pandemia de covid-19, o projeto de extensão Infovírus: prisões e pandemias atuou como um observatório das políticas públicas de combate à pandemia nas prisões. O projeto foi desenvolvido por uma equipe formada por graduandos, pós-graduandos e professores da área do Direito que atuam em diferentes universidades do país. Desde abril de 2021, o projeto Infovírus publicava checagens diárias de dados e declarações oficiais, além de notícias veiculadas pela imprensa, informações e denúncias de familiares de pessoas privadas de liberdade, defensores públicos e entidades de defesa dos direitos humanos, a respeito do modo como a disseminação do vírus vinha sendo administrada nas prisões brasileiras. O conjunto de informações levantadas ao longo do primeiro ano de atividades evidenciou a situação periclitante em que foram colocadas as pessoas privadas de liberdade, cujos familiares passaram a procurar coletiva ou individualmente os pesquisadores envolvidos no projeto para denunciar as ilegalidades cometidas pelos representantes do Estado. Sobretudo a tortura, que não aparecia noticiada nas mídias tradicionais nem nas estatísticas de órgãos

fiscalizadores. Essa situação brutal e ao mesmo tempo cotidiana era, como há muito acontece no Brasil, encoberta por uma política de sigilo e ocultamento por parte das administrações penitenciárias e secretarias de segurança. Mas a violência, como verificamos, não vinha só de dentro dos presídios; procedia também das fundamentações e decisões de representantes do sistema judiciário. Exemplo disso eram uma série de equívocos e irregularidades cometidas pela justiça criminal, decisões de juízes indiferentes às condições das cadeias e declarações do então Ministro da Justiça Sérgio Moro, quem determinou que as pessoas suspeitas de contágio pelo coronavírus fossem mantidas isoladas em contêineres.

Este cenário escancarava o acirramento das violações sistemáticas que atingem sobretudo a parcela negra da população de baixa renda no Brasil. Na avaliação da equipe, era necessário dar um destino, no projeto, ao tanto de sofrimento documentado pela pesquisa em processos judiciais. Isso poderia ser feito a partir da organização dos conteúdos que evidenciavam a brutalidade do Estado – violência que toma a indiferença da sociedade por alibi – em uma narrativa sensível, ancorada em arte, conhecimento e cultura, que promovesse a vida reivindicando justiça. Construir um memorial virtual pareceu então uma estratégia política de ampliação do debate sobre o tema.

3 METODOLOGIA

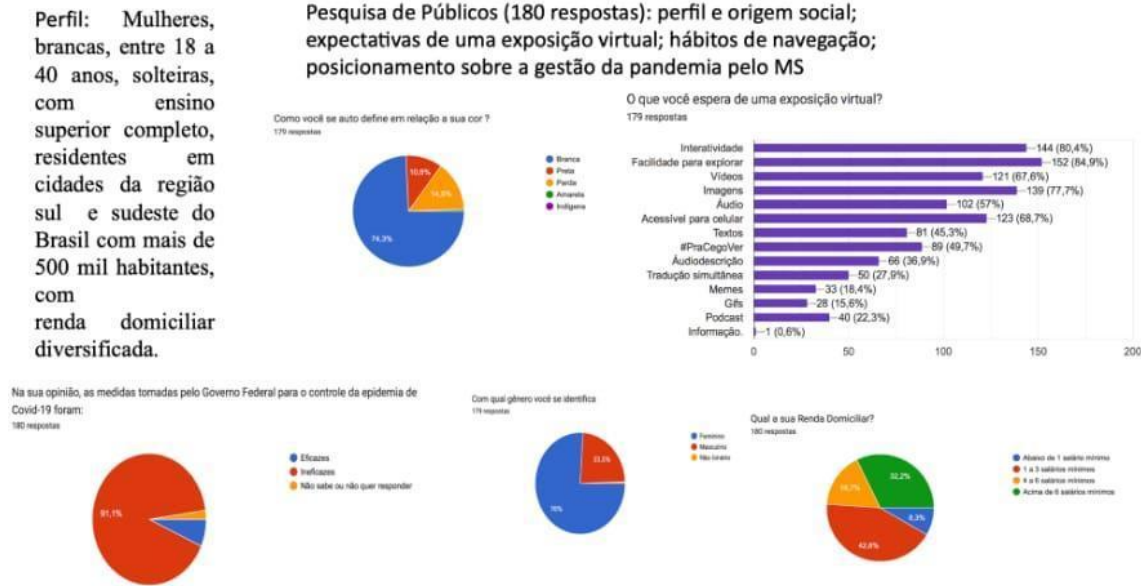
Inicialmente, fomos contatadas pela equipe Infovírus para consolidar na internet um memorial. Aos poucos, chegamos na proposta de um espaço multifuncional e interdisciplinar onde as informações da pesquisa produzida pela equipe do Infovírus seriam organizadas em um discurso culturalmente informado a respeito da gestão da covid-19 nas prisões brasileiras e suas consequências para as pessoas privadas de liberdade. Na busca desses objetivos, podíamos contar com material informativo e de pesquisa produzido pelo projeto Infovírus, criado em abril de 2020.

Tal como outras iniciativas que nos inspiravam, como o Vagalumes, ou os Inumeráveis, buscávamos atuar na resistência à necropolítica do governo, que optando pela “imunização de rebanho”, parecia não atribuir qualquer sentido humano aos números da Covid-19, que inclusive se eximiu de divulgar. Nas reuniões entre as equipes, já vinham sendo discutidas as dificuldades de acesso à informação que o projeto Infovírus enfrentava desde o início, quando mais não fosse porque uma das características do sistema prisional é justamente esse fechamento para o mundo externo. As administrações prisionais locais não repassavam dados

precisos nem exaustivos, e havia pouco detalhamento dos casos, o que obrigava a equipe de bolsistas e professores a cruzar diferentes fontes. Diante disso, pareceu-nos que a melhor estratégia seria procurar dar visibilidade ao que se passava nas prisões durante a pandemia, destacando as narrativas das vítimas pelo recurso às artes plásticas, à música e à poesia, sem deixar de amparar as informações em dados científicos e fontes documentais fidedignas. As fontes, de diferentes proveniências, abrangeram, além da informação jornalística e dos testemunhos em socorro das vítimas, documentos pessoais, como cartas trocadas por pessoas presas com seus familiares; e oficiais, como as informações do Depen, além de relatórios da pandemia expedidos por centros de pesquisa em saúde pública (USP e Fiocruz) e organismos ligados ao SUS (dados de Secretarias Estaduais de Saúde), e processos judiciais. Como ideia de fundo, mantinha-se a intenção do memorial, no sentido de evitar que a invisibilidade da situação das pessoas privadas de liberdade e de seus familiares acarretasse o esquecimento a respeito de suas dores. Sendo essas dores resultantes de uma política de governo, elas acabariam legitimadas e reproduzidas sem imputação de responsabilidade aos perpetradores. Construir uma exposição virtual foi uma escolha estratégica e política, visando à ampliação do debate sobre o tema, bem como um meio de organização dos materiais levantados.

Assim, tratou-se de consolidar na internet um espaço que denunciasse as violações aos direitos das pessoas presas durante a gestão da covid-19 nas prisões brasileiras. A expografia iluminou as trajetórias levantadas na pesquisa pelo recurso às artes plásticas, à poesia, à informação jornalística e aos testemunhos de defensores públicos e de familiares sobre as pessoas vítimas da violência de Estado que faleceram de covid-19 nas prisões brasileiras. Nesse sentido, o memorial se organizou a partir da metodologia de exposição virtual, com pesquisa de público (Figura 1) e produção por etapa de núcleos informacionais e, de modo colaborativo, de um espaço para inclusão de histórias pessoais e outras manifestações em plataformas digitais.

Figura 1 – Resultados da pesquisa de público.



Fonte: Projeto Infovírus: prisões e pandemia - Memorial virtual – Covid²: A pandemia nas prisões (Costa; Padihla; Nedel, 2021).

4 OS NÚCLEOS INFORMACIONAIS: CONCEITOS, NARRATIVAS E MARCOS TEMPORAIS

A partir de uma página institucional com texto de abertura e abas (Quem Somos, Outros Memoriais, Infovírus), o discurso expositivo se desdobrou em três núcleos, com a alternância de fotos, vídeos, colagens e, principalmente, reportagens. Cada núcleo compôs uma página, com rolagem vertical, informações em circuito rebatido (zigue-zague). Em cada núcleo, quando há um bloco informacional, o circuito fica horizontal, tipo carrossel no Instagram (p. ex. vídeo, texto, colagem digital), trazendo mais informações.

O primeiro núcleo ganhou como título uma frase do ministro Sérgio Moro: “Coronavirus não é Habeas Corpus” (Figura 2). Nele, apresentavam-se regras do jogo jurídico e o modo como vinha sendo feito o manejo jurídico da pandemia nas prisões. Apresentavam-se dados que revelavam a burocratização das vidas de presos, as posições de sentenciadores e defensores, os diferentes padrões de julgamento para defesas pagas e públicas, as estatísticas associadas a diferenças raciais, de classe, gênero etc., além das falas de juízes e expressões típicas do universo jurídico. A narrativa expográfica desse núcleo pode ser resumida da seguinte forma: no começo da pandemia saíram pela imprensa notícias nas quais se presumia a soltura temporária em massa da população penitenciária do país. Imediatamente, ministros de tribunais superiores e o Ministro da Justiça passaram a

desmentir a possibilidade de um *habeas corpus* coletivo, advertindo que os casos seriam analisados individualmente. Nesse contexto, o ministro Sérgio Moro se pronuncia dizendo que: "Coronavírus não é *habeas corpus*" e que "Dose de recomendações humanitárias não pode ser remédio que mate a sociedade e seus valores".

Figura 2 – Núcleo expositivo 1.



Fonte: Projeto Infovírus: prisões e pandemia - Memorial virtual – Covid.² A pandemia nas prisões (Costa; Padilha; Nedel, 2021).

No núcleo 2 – Cartas de amor e despedida (Figura 3) – o conceito base era a coleta de depoimentos, entrevistas e perfil dos visitantes dos presos. A capa, composta em linguagem visual e sonora a partir da arte (colagem, arte digital, música), estilizava um contêiner com imagens do movimento de Canudos, remetendo à memória do modo como os movimentos sociais são historicamente tratados no Brasil – como caso de polícia. O núcleo apresentava o fracasso político das iniciativas humanitárias de remanejamento da população carcerária, diante da mobilização dos magistrados de cortes superiores contrários à medida de flexibilização, sugerida por defensorias públicas de diferentes estados. Paralelamente à derrubada das liminares que justificavam o *habeas corpus* coletivo por razões humanitárias,

o Ministro da Justiça sugeriu o uso de contêineres para isolamento dos presos doentes, sugestão rapidamente acatada pelo Depen. Seguem-se manifestações contundentes de defensores sobre a ilegalidade da medida, testemunhos de familiares sobre a falta de informações e a impossibilidade de contatar os presos. A imprensa noticia as cartas de amor e despedida trocadas entre presos, certos de que morreriam, e familiares, angustiados pelo recrudescimento do isolamento a que foram submetidas as pessoas presas pelas administrações de presídios e secretarias de segurança.

Figura 3 – Núcleo expositivo 2.



Fonte: Projeto Infovírus: prisões e pandemia - Memorial virtual – Covid²: A pandemia nas prisões (Costa; Padilha; Nedel, 2021).

O último núcleo, intitulado “A Política do negacionismo” (Figura 3), tinha como principal conceito as contradições entre as escolhas políticas implicadas na gestão da pandemia pelo Ministério da Saúde (ministério paralelo, suspensão dos dados oficiais, *fake news* etc.) e as escolhas técnicas e denúncias por profissionais do SUS e do PNI. Como narrativa, o núcleo expunha cronologicamente a atuação do governo a favor do vírus.

Figura 4 – Núcleo expositivo 3.



Fonte: Projeto Infovírus: prisões e pandemia - Memorial virtual – Covid²: A pandemia nas prisões (Costa; Padilha; Nedel, 2021).

Cada núcleo era dotado de marcadores temporais. No primeiro caso, envolvendo o tempo do processo, tempo da pena, percurso burocrático dos pedidos, tempo da morte com processo em andamento, tempo do luto, tempo fluido da memória nas narrativas de sobrevivência e morte ou de ambas. No núcleo 2, os marcadores temporais foram: primeira morte de covid-19 na prisão, denúncia sobre os riscos, insalubridade nas prisões, falta de informação para os familiares e visitas negadas. No núcleo 3, os marcadores temporais foram: início da pandemia (chegada do vírus no Brasil), trocas de ministros, início da vacinação, CPI da Covid, Atualização do número de mortos, relativização dos grupos de risco. Também havia uma opção de ingresso na exposição baseada em uma cronologia geral da pandemia e sua ocorrência nas prisões e outras específicas, nas quais a temporalidade será problematizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros desafios colocados à equipe do projeto expositivo, ainda na fase inicial do trabalho com os pesquisadores do Infovírus, disseram respeito a ruídos na troca de informações, um pouco em função de se conduzirem projetos interligados, mas de diferentes envergaduras, envolvendo três distintas áreas do conhecimento (Direito, Museologia e

História). Por vezes, a distância entre os pesquisadores, os diferentes regimes de trabalho e a dificuldade de sincronização das agendas interferiram no cronograma de execução da exposição. Outras vezes, apresentou-se alguma dificuldade ao se tentar sanar a disparidade existente no volume de informação sobre prisões de diferentes estados. Em outras ocasiões, foi preciso esperar a coleta ou confirmação de dados solicitados para a exposição. Eventuais discordâncias também ocorreram por conta das diferenças de formação entre os atores envolvidos no projeto de maior envergadura dentro do qual se inseria o projeto da exposição Covid2. Enquanto estas dificuldades foram verbalizadas, discutidas e sanadas pelas duas equipes, outro desafio maior, com consequências concretas sobre a expografia e o plano de lançamento da exposição, acabou se insinuando em silêncio. Findo o trabalho de curadoria, a equipe responsável pela exposição apresentou-a à apreciação da equipe maior. No entanto, apesar da aprovação geral, a equipe maior hesitou em dar curso à divulgação da exposição, vendo-se confrontada com um dos maiores desafios que se interpõem a projetos que expõem narrativas de grupos minoritários: ampliar a base de legitimidade dessas narrativas. Depois de esperar algumas semanas em silêncio, fomos instadas a acrescentar novos materiais – sobretudo fotografias recolhidas pela equipe maior junto a movimento de familiares de pessoas presas – no núcleo 2.

Avaliando essa experiência como um *post facto*, vê-se que tal dificuldade, embora pareça pontual na forma como se impôs ao projeto, faz parte de um desafio global na relação das minorias com os museus. Na história dessas relações é possível distinguir dois movimentos que, embora autônomos, interagem. O primeiro, com o qual estamos mais familiarizados, é aquele pelo qual os museus tentaram "descolonizar" histórias sobre a experiência minoritária (Chivallon, 2013). O segundo movimento diz respeito ao surgimento de contranarrativas independentes, cujas ações muitas vezes exigem – como se impuseram a nós – uma reavaliação crítica das políticas museológicas (Laithier; Vilman, 2008).

Inscriver a memória de grupos minoritários na memória comum é um desafio particularmente árduo quando se trata de narrar as violações dos direitos das pessoas presas, sistematicamente cometidas e, também por isso, naturalizadas. Se, como disse Antony Giddens “ter uma identidade é ser capaz de sustentar uma narrativa”, na terra onde vale o adágio de que “bandido bom é bandido morto”, a vida das vítimas do Estado que se encontram presas não vale um epitáfio. Percebidas essas dificuldades de uma forma ainda

difusa durante a realização do trabalho, para nós, esse GT pareceu uma oportunidade de dar a essa experiência uma tradução não apenas semântica, mas conceitual, satisfatória.

REFERÊNCIAS

BUNTIX, Gustavo; KARP, Ivan. Tactical Museologies. In: KARP, Ivan; KRATZ, Corinne A.; SZWAJA, Lynn; YBARRA-FRAUSTO, Tomas (ed.). **Museum Frictions**. [S. l.]: Duke University Press, 2006. p. 207-218.

CASWELL, Michelle; PUNZALAN, Ricardo; SANGWAND, T-Kay. Critical Archival Studies: An Introduction. In: CASWELL, Michelle; PUNZALAN, Ricardo; SANGWAND, T-Kay (eds.). *Critical Archival Studies*. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 2, Special issue, 2017.

CLIFFORD, James. Los Museos como Zonas de Contacto. In: **Itinerarios Transculturales**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 233-270.

CHIVALLON, Christine. Les questions posées par le discours muséographique à l'expérience esclavagiste. **Africultures, numéro spécial en hommage à Édouard Glissant, coordonné par Françoise Vergés, Exposer l'esclavage: méthodologies et pratiques**. [S.l.: s.n.], 2013. p. 58-68.

CORPET, Olivier. Au risque de l'archive. In: IMEC, Questions d'archives. **Annales du colloque organizado pelo Collège internacional de philosophie e l'Institut Mémoires de l'Édition contemporaine**. Paris: IMEC, 2002. p. 11-21.

COSTA, Thainá Castro; PADILHA, Renata Cardozo; NEDEL, Larissa Borges. **Projeto Infovírus: prisões e pandemia - Memorial virtual – Covid:2 a pandemia nas prisões**. Florianópolis: UFSC, 2021.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. **Poetics Today**, Durham, N.C., v. 29, n. 1, p. 103-128, 2008.

LANSDSBERG, Alison. **Prosthetic Memory: the transformation of American memory in the age of mass culture**. Nova York: Columbia University Press, 2004.

LAITHIER, Stéphane; VILMAIN, Vincent (org.). **L'Histoire des minorités est-elle une histoire marginale?** Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2008.

MARTINS, Dalton Lopes. As práticas da cultura digital. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, [S.l.], n. 7, p. 51-60, nov. 2018.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.